



cedsif

Centro de Desenvolvimento de
Sistemas de Informação de Finanças



RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES DE 2014

MAPUTO, ABRIL DE 2015

DISTRIBUIÇÃO DO RELATÓRIO

A Distribuir a:	Data
Sua Excelência o Ministro da Economia e Finanças	
Sua Excelência o Vice-Ministro da Economia e Finanças	
Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças	
Directores Nacionais do Ministério da Economia e Finanças	
Membros do Comité de Parceria do SISTAFE	
Membros do Conselho de Direcção do CEDSIF	

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AFU	Adiantamento de Fundos
AT	Autoridade Tributária
BM	Banco de Moçambique
BR	Boletim da República
CAF	Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
CAP	Cadastro dos Pensionistas
CBS	Catálogo de Bens e Serviços
CD	Centro de Dados
CED	Classificador Económico da Despesa
CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CEF	Cadastro único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de serviços
CER	Classificador Económico da Receita
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CGE	Conta Geral do Estado
CIRESP	Comissão Interministerial para Reforma do Sector Público
CPD	Centro de Processamento de Dados
CUT	Conta Única do Tesouro
CUT-ME	Conta Única do Tesouro em Moeda Externa
DAFs	Direcções das Áreas Fiscais
DAS	Departamentos de Apoio ao SISTAFE
DNCP	Direcção Nacional de Contabilidade Pública
DNO	Direcção Nacional do Orçamento
DNPE	Direcção Nacional do Património do Estado
DNT	Direcção Nacional do Tesouro
DPPF	Direcção Provincial do Plano e Finanças
DR	<i>Disaster Recover</i> (Centro de Recuperação de dados em casos de desastres)
e-CAF	Cadastro Electrónico dos Funcionários
e-CAP	Cadastro electrónico dos Pensionistas
e-CAPAE	Cadastro Electrónico Provisório dos Agentes do Estado
EGFAE	Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado
e-SISTAFE	Sistema Electrónico de Administração Financeira do Estado
e-Tributação	Sistema de Gestão de Arrecadação de Receitas

FAE	Funcionários e Agentes do Estado
GARE	Guia de Arrecadação da Receita do Estado
IAS	Instituições Autónomas
IGF	Inspecção-Geral de Finanças
IMF/FMI	Fundo Monetário Internacional
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRPC	Imposto de Rendimento sobre Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
Kbps	Kilobites por Segundo
MAE	Ministério da Administração Estatal
Mbit	Megabites por segundo
MEO	Módulo de Elaboração do Orçamento
MEX	Módulo de Execução Orçamental
MPE	Módulo de Administração do Património do Estado
MF	Ministério das Finanças
MFP	Ministério da Função Pública
NIC-SP	Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público
NUIT	Número Único de Identificação Tributária
OE	Orçamento do Estado
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAO	Plano Actividades e Orçamento
PARP	Plano de Acção para a Redução da Pobreza
PAs	Processos Administrativos
PBCP	Plano Básico de Contabilidade Pública
PC	Comité de Parceria
PES	Plano Económico e Social
PQG	Plano Quinquenal do Governo
PSI	Instrumento de Suporte a Políticas
QAG	Grupo de Garantia de Qualidade do SISTAFE (Quality Assurance Group)
REGFAE	Regulamento do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado

SGB	Sistema de Gestão de Beneficiário
SGM	Sistema de Gestão Municipal
SGSI	Sistema de Gestão de Sistemas de Informação
SIGEDAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SQC	Serviço de Qualidade e Certificação
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SINAGEC	Sistema Nacional de Gestão dos Custos de Construção e Orçamentação
SNGRH	Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos
TdR	Termos de Referência
TI	Tecnologia de Informação
TOC	Tesouro, Orçamento e Contabilidade
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UFSA	Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições
UGB	Unidade Gestora Beneficiária
UGE	Unidade Gestora Executora
UTRAFE	Unidade Técnica da Reforma da Administração Financeira do Estado
VD	Via Directa
VFP	Visão de Finanças Públicas 2011-2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES PREVISTAS PARA O ANO DE 2014.....	11
3. PRINCIPAIS ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2014	14
3.2 Projecto Estruturação do CEDSIF	16
3.4. Projecto Módulo de Administração do Património do Estado	20
3.5 Projecto Módulo de Arrecadação de Receitas (e-Tributação)	21
3.6 Projecto Subsistema do Controlo Interno	22
3.7 Projecto Reforço da Coordenação das Finanças Públicas	23
3.8 Projecto Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Segurança	23
3.9 Projecto Sistema de Gestão Municipal (SGM).....	25
3.10Projecto Módulo de Salários e Pensões.....	25
3.11Projecto Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções (SINAGEC).....	26
3.12Projecto Sistema de Gestão de Beneficiários da Acção Social (SGB).....	26
3.13Projecto Reforma da Contabilidade Pública Patrimonial (<i>Accrual Accounting</i>).....	27
3.14Projecto Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos (SNGRH).....	27
4. PRINCIPAIS ACTIVIDADES REALIZADAS AO NÍVEL DAS DELEGAÇÕES DO CEDSIF...	29
5. PRINCIPAIS ACTIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA ESCOLA DO CEDSIF	32
6. RECURSOS HUMANOS.....	33
7. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO CEDSIF EM 2014	37
8. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO.....	43
9. PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA 2015	44
10. ANEXOS	46

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório fornece um conjunto de informações relativas às actividades desenvolvidas pelo Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças – CEDSIF – e ao progresso alcançado de Janeiro a Dezembro de 2014, destacando-se as seguintes realizações:

- Sobrecumprimento da meta anual da execução da despesa pela Via Directa – VD –, fixada em **65,0%**, tendo sido alcançado **67,83%**. Contribuiu para esta execução a expansão do e-SISTAFE, a expansão do e-Folha e o pagamento de salários pela VD;
- Deu-se continuidade a expansão do e-SISTAFE para **453** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs)¹ no ano 2014, sendo **7** de nível central, **32** de nível provincial e **414** sectores de Nível Distrital, (dos quais **10** são de Secretarias Distritais e **404** de serviços distritais);
- Prosseguiu-se com a expansão do pagamento de salários e remunerações através da Via Directa, tendo sido pagos em Dezembro do ano em análise **247.117** Funcionários e Agentes do Estado (FAE) na situação de activo no e-CAF e e-CAPAE, o que corresponde a **84,58%** de um total de **292.243** neles registados. Dos FAE pagos pela VD, **218.812** tiveram os seus salários processados e pagos através do e-FOLHA, o que corresponde a **75,0%** do total dos FAE;
- Concepção e aprovação pelo Consultivo do Ministro das Finanças do novo roteiro para pagamento de salários por forma a assegurar o pagamento atempado de salários, automatizando no máximo as operações e reduzindo a intervenção humana;
- Formação inicial e reciclagem dos utilizadores para melhor utilização do e-SISTAFE, com destaque para o Módulo de Execução do Orçamento e do sistema de processamento e cálculo de salários (e-FOLHA) de 3510 Técnicos provenientes de diversos órgãos e instituições do Estado a nível nacional;
- Finalização, no Projecto Módulo de Arrecadação de Receitas (e-Tributação), do desenvolvimento das funcionalidades da Fase I do IVA/ISPC e Processos Comuns, que contemplam a Gestão da Liquidação, Conta Corrente do Contribuinte, Guia de Arrecadação da Receita (GARE), Juros e Multas, Pagamentos, Reembolsos do IVA, Contencioso, Contabilização da Receita, Gestão de Acessos e respectivos Relatórios Críticos. Este facto possibilitou a implantação das funcionalidades em produção e realização do piloto nas Direcções de Área Fiscal (DAFs) do Bairro do Jardim e da Manhiça, e posterior implementação do sistema nas DAFs do Xai-Xai, Massinga, Quissico, Ponta de Ouro, Inhassouro e Xipamanine;

¹ Unidade Gestora Beneficiária – É todo órgão ou instituição do Estado destinatária de uma parcela do Orçamento do Estado ou detentora de uma parcela do Património do Estado.

- Renovação, modernização e consolidação dos serviços de Tecnologias de Informação (TI) do CEDSIF, sendo de destacar a conclusão da configuração da Infraestrutura de TI do Centro de Dados, do processo de migração das aplicações, sistemas, serviços e equipamentos antigos para os novos, bem como a implementação do novo sistema de cópia de segurança (*backup - Snap protect*);
- Elaboração dos instrumentos fundamentais de planificação do CEDSIF, nomeadamente: a proposta do Plano Estratégico – PE – do CEDSIF 2015-2019 e o Plano de Actividades e Orçamento – PAO – para o ano de 2015. Foi igualmente elaborado e submetido o Relatório Intercalar da Subvenção da União Europeia relativo ao primeiro ano da sua implementação, período de Julho de 2013 a Junho de 2014;
- Concepção e submissão, ao Ministério que superintende a área de Função Pública, das propostas de Carreiras, Qualificadores Profissionais, Quadro do Pessoal para apreciação da Comissão Interministerial da Função Pública e, ao Ministério das Finanças, da proposta do Sistema Remuneratório;
- Regularização pelo Tribunal Administrativo do vínculo contractual de 135 Trabalhadores em serviço no CEDSIF;
- Realização de actividades alusivas às comemorações dos 10 anos do e-SISTAFE e aprovação do logotipo institucional do CEDSIF e da logomarca do e-SISTAFE;
- Elaboração da primeira versão do Modelo Conceptual, na componente de gestão financeira, do Sistema de Gestão Municipal, e do respectivo cronograma de actividades para sua implementação, tendo sido iniciada a elaboração do Modelo Conceptual para área de gestão urbanística, ambiental e de gestão de serviços municipais com apoio de uma consultoria específica para o efeito;
- Criação de delegações do CEDSIF em todas as províncias e nomeação dos delegados para Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Sofala, Manica e Inhambane;
- Revisão pontual do Regulamento Interno do CEDSIF e sua publicação em Boletim da República (BR);

O valor global da dotação Orçamental actualizada do CEDSIF no ano 2014 foi de **880.886.309,02MT**, tendo sido executado o valor acumulado de **699,240,951.56MT**, o correspondente a **79.34%**. A baixa realização da execução orçamental deveu-se a demora do fecho dos processos contractuais para aquisição de bens e serviços e a impossibilidade da utilização dos fundos da União Europeia em

virtude de possuir critérios específicos da execução dos seus recursos; facto que contribuiu para que algumas despesas, no valor de **181.955.905,76 MT**, não fossem executadas.

Para a realização das suas actividades o CEDSIF contou com 273 colaboradores, dos quais 7 são consultores internacionais.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Visão das Finanças Públicas 2011-2025, a reforma da Gestão das Finanças Públicas visa *“Garantir e prestar serviços de excelência na governação e gestão das Finanças Públicas, organizando e modernizando os seus processos e tecnologias de informação e valorizando a profissionalização de recursos humanos nacionais, em prol do progresso e bem-estar do Povo Moçambicano”*.

Com vista a operacionalização da Visão das Finanças Públicas, elaborou-se o Plano de Acção e Orçamento 2012-2014 (PAO 2012-2014), que constitui instrumento de definição das principais actividades a desenvolver pelo CEDSIF nesse período e base de referência para a elaboração do Plano de Actividades e Orçamento de 2014 (PAO 2014).

Assim, com o intuito de aferir os progressos registados na execução do PAO 2014, é elaborado o presente Relatório que pretende dar a conhecer o ponto de situação das actividades desenvolvidas no período.

O presente relatório é constituído por 10 (Dez) pontos, sendo:

1. Introdução, na qual se faz o enquadramento das actividades;
2. Resumo das Principais Actividades Previstas para o Ano de 2014;
3. Principais Actividades Realizadas de Janeiro a Dezembro de 2014, destacando o que ocorreu em cada um dos projectos, bem como os resultados alcançados;
4. Actividades Realizadas pelas Delegações do CEDSIF;
5. Actividades Realizadas pela Escola do CEDSIF;
6. Recursos Humanos;
7. Execução Orçamental de Janeiro a Dezembro de 2014, demonstrando os recursos que foram utilizados em cada rúbrica e projectos, e os saldos existentes;
8. Avaliação do Desempenho;
9. Perspectivas e Desafios para o ano 2015; e
10. Anexos;

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES PREVISTAS PARA O ANO DE 2014

As acções projectadas pelo CEDSIF para o exercício económico de 2014 tinham como finalidade o registo de melhorias significativas em duas vertentes fundamentais, nomeadamente:

- a) *Na vertente organizacional do CEDSIF*, dotando-o de uma estrutura organizacional adequada e instrumentos de gestão fundamentais para o desempenho das suas atribuições; e de recursos humanos com habilidades e competências profissionais fortalecidos e orientados para as suas *atribuições nucleares*; e
- b) *Na vertente da implementação do SISTAFE*, aprimorando e modernizando a sua plataforma informática (e-SISTAFE), melhorando o seu desempenho, a sua produtividade e a segurança dos dados do Sistema.

Assim, para o ano de 2014 foram projectadas as seguintes principais actividades:

- Elaborar e submeter à aprovação, até ao fim de 2014, os seguintes instrumentos normativos e de procedimentos internos do CEDSIF: Carreiras Profissionais, Qualificadores Profissionais, Sistema Remuneratório, Quadro de Pessoal, Manuais de Procedimentos e o Sistema de Gestão de Contractos e Prestação de Serviços;
- Estabelecer parcerias com as universidades para a introdução de currículos actualizados sobre o ensino em Finanças Públicas;
- Avaliar a eficácia do Sistema do Controlo Interno em algumas unidades orgânicas, tais como, Serviço do Controlo Interno – SCI –, Divisão de Planificação, Avaliação e Monitoria – DPAM –, Departamento de Administração e Finanças – DAF –, e Unidade Gestora Executora de Aquisições – UGEA – e elaboração dos respectivos Manuais de Procedimentos;
- Programar e organizar eventos da Instituição e desenvolver acções tendentes à aprovação do logotipo e da marca corporativa;
- Capacitar os colaboradores do CEDSIF em matérias de gestão e liderança, técnicas relativas a negócio, tecnologias de informação, segurança e qualidade, aumentando o seu efectivo e respectivas habilidades profissionais no âmbito da Gestão das Finanças Públicas;
- Introduzir melhorias nos Módulos de Elaboração Orçamental e de Execução Orçamental – MEX –, disponibilizando mais funcionalidades de gestão e promovendo maior integração das aplicações em operação na plataforma do e-SISTAFE;
- Concluir os estudos para a adopção faseada das Normas Internacionais de Contabilidade para o Sector Público (NIC-SP) e dar início à elaboração do Modelo do Negócio para adequar o e-SISTAFE ao referido normativo;

- Elaborar o Plano Estratégico 2015-2019 do CEDSIF, de modo a que até ao fim do ano 2014 se tenha uma versão apreciada ao nível do Conselho de Direcção e pelo Comitê de Parceria do SISTAFE.
- Concluir a renovação da infra-estrutura tecnológica e a migração tecnológica de aplicações, de modo que o e-SISTAFE tenha o seu desempenho substancialmente melhorado através do incremento da capacidade de processamento simultâneo de processos de negócio; aumentado o nível de estabilidade, qualidade e segurança das funcionalidades dos sistemas garantindo menos erros; melhorado o procedimento de arquivos de dados, alinhado com a legislação vigente, permitindo inactivar de forma segura e eficiente os dados dos exercícios económicos não em uso;
- Formar e reciclar os utilizadores do e-SISTAFE e dar continuidade à Expansão do e-SISTAFE, projectando-se que em 2014 tenham sido descentralizadas 183 (113 previstas e 70 transitadas de 2013) novos Órgãos e instituições do Estado ao nível central, provincial e distrital;
- Descentralizar a gestão da Programação Financeira para as Unidades Intermédias do Subsistema do Tesouro Público provinciais, definir funcionalidades que permitam a elaboração dos balanços e relatórios da Conta Geral do Estado via e-SISTAFE, com informações relativas a dívida pública, e sensibilizar os sectores para que as fases da despesa sejam registadas nos momentos apropriados;
- Dar continuidade à expansão do e-folha, devendo atingir 90,0% dos Funcionários e Agentes do Estado nas Instituições com acesso directo ao e-SISTAFE até Dezembro de 2014. Espera-se que a expansão do e-Folha bem como do e-SISTAFE contribuía para o aumento da execução da despesa pela Via Directa que deveria se situar em 65,0% até ao final do ano;
- Concluir e disponibilizar a incorporação contabilística de bens e serviços adquiridos pela via Directa e Adiantamento de Fundos, proceder à Movimentação e Transferência de bens na mesma e entre unidades, o Catálogo de Bens e Serviços (CBS) e Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e prestadores de Serviços (CEF); esperando-se que até ao fim do ano estejam disponíveis apenas para o uso da Direcção Nacional do Património de Estado. Esta última actividade visa a inserção e gestão das especificações técnicas dos bens, dando assim início à composição da base de dados do catálogo e a melhoria da dinâmica do processo de cadastro dos Fornecedores.
- Configurar e desenvolver as funcionalidades dos Módulos do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) e Imposto Simplificado para os Pequenos Contribuintes (ISPC), tendo sido projectada para o fim de 2014 a instalação do Sistema em 8 Direcções de Área Fiscal;

- Dar prioridade às alterações derivadas da aprovação do Modelo Conceptual do Controlo Interno, à inclusão da avaliação da Administração do Património do Estado inerente às actividades do Subsistema do Controlo Interno, à discriminação dos conteúdos para a formação sobre a utilização de técnicas de controlo e auditoria interno e fiscalização, e à elaboração do Modelo de Negócio para as funcionalidades do Módulo de Gestão de Informação;
- Criar condições para a realização da prova de vida dos Funcionários e Agentes do Estado e Pensionistas;
- Adaptar o Sistema Integrado de Gestão e de Avaliação do Desempenho na Administração Pública – SIGEDAP – às novas carreiras, elaborar e implementar o modelo do quadro de interoperabilidade do Sistema de Finanças Públicas, incluindo os critérios para o processo de certificação dos Sistemas das Finanças Públicas;
- Dar continuidade ao desenvolvimento de processos para melhoria contínua da qualidade da segurança de forma a garantir o atendimento atempado aos requisitos especificados para satisfação dos clientes, bem como a garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação;
- Elaborar o plano de desenvolvimento de competências profissionais e de governação a par da definição do projecto curricular do sistema de formação de quadros para a área de Finanças Públicas.

3. PRINCIPAIS ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2014

Em termos gerais, de Janeiro a Dezembro de 2014, realizaram-se actividades importantes nos projectos em desenvolvimento no CEDSIF, conforme o balanço que a seguir se apresenta.

3.1 Projecto Gestão do CEDSIF

Este projecto compreende um conjunto de actividades contínuas que garantem o funcionamento normal, no âmbito das atribuições conferidas no seu Estatuto Orgânico. No decurso de Janeiro a Dezembro de 2014 foram elaborados instrumentos fundamentais de planificação, designadamente, a proposta do Plano Estratégico do CEDSIF 2015-2019 e o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2015.

No âmbito da monitoria da execução das actividades planificadas, foi elaborado o Relatório Anual de Actividades e Execução do Orçamento 2013, os relatórios do primeiro Trimestre, do Semestre e dos 9 meses de 2014, tendo sido aprovados pelo Conselho de Direcção e apreciados pelo Comité de Parceria do SISTAFE.

Foi também realizada a auditoria financeira externa e independente às contas do CEDSIF referentes ao exercício económico de 2013, tendo-se concluído que embora verificadas algumas deficiências, as contas do CEDSIF de 2013 foram executadas em conformidade com as normas de execução orçamental. Em função do relatório da auditoria, foi elaborada a matriz das acções correctivas e efectuado o acompanhamento da implementação das respectivas recomendações, as quais foram integralmente cumpridas conforme anexo 8.

Visando incrementar as capacidades e habilidades técnicas dos funcionários e trabalhadores em serviço no CEDSIF, em 2014:

- Registaram-se 65 participações (anexo 7) de técnicos em acções de capacitação relativas à cursos, tais como, manuseamento da nova infra-estrutura tecnológica de Centro de Dados denominada *Flexpod*, recentemente adquirida; Auditoria do sistema de qualidade baseado em *ISO 9001:2008*; Sistema de Gestão de Desempenho na Administração Pública e Fundamentos de Gestão;
- Foi elaborado o Plano de Capacitação referente aos anos 2015-2019 e lançado o concurso público para a capacitação dos quadros, financiada pela União Europeia;

- O CEDSIF fez-se representar em dois seminários, sobre a Interoperabilidade do Governo e sobre a Plataforma Nacional de Pagamentos, com vista a aplicação do modelo de interoperabilidade.

Para garantir a segurança de informação do e-SISTAFE, foi feita a avaliação do grau de cumprimento dos procedimentos de segurança por parte dos utilizadores; a avaliação das condições dos *sites* e sensibilização, consciencialização e treinamento dos Administradores de Segurança nas Províncias de Inhambane, Gaza, Nampula e Cabo-Delgado, abrangendo 15 Instituições Públicas por Província, o que totaliza 60 Instituições. Da avaliação feita, foi elaborado um relatório com as principais constatações e recomendações que estão a ser devidamente acompanhadas pelo serviço responsável.

No período em análise foram realizados 37 concursos públicos, mais 5 que transitaram de 2013, dos quais ficaram desertos 5 e foram cancelados 5.

No mesmo período, foram efectuados 57 ajustes directos, conforme fundamentação apresentada no Anexo 2, e 56 Contractos celebrados, 13 adendas/prorrogações de Contratos. Ainda no âmbito das aquisições, foi feito o mapeamento dos procedimentos de concursos nas várias modalidades de contratações, incluindo casos de situação de emergência, devendo este instrumento subsidiar a elaboração do Manual de Procedimentos de Aquisições do CEDSIF.

Para a execução das actividades previstas no PAO 2014, o CEDSIF contou com **273** trabalhadores, sendo **3,2%** com nível de Mestrado, **69,2%** com nível de Licenciatura; **5,1%** com nível de Bacharelato, **16,9%** com nível médio e **5,5%** com o nível primário ou básico. Importa referir que o pessoal com nível primário ou básico presta serviços auxiliares administrativos, o pessoal com o nível médio executa actividades de apoio ao Utilizador do e-SISTAFE e administrativas e o pessoal com o nível superior, a maioria desenvolve serviços de negócio e de tecnologias de Informação e os restantes estão afectos à área de administração geral.

Durante o ano de 2014 foram nomeados, em comissão de serviço, para exercer as funções de Direcção, Chefia e Confiança, o Director Geral, 2 Assessores de Direcção, 6 Directores de Serviços, 4 Chefes de Departamentos, 1 Chefe de Unidade, 5 Gestores de Projectos, 8 Delegados Provinciais, 8 chefes de Divisão e 4 chefes de Secção do CEDSIF, o que corresponde a uma percentagem de 14,3% do pessoal do CEDSIF na chefia.

Foi realizada a avaliação do sistema de Controlo Interno do CEDSIF na base da Avaliação da Eficácia do Sistema do Controlo Interno – AESCI –, tendo abrangendo as áreas de Planificação, Avaliação e

Monitoria, Administração e Finanças, UGEA e Auditoria Interna do CEDSIF. Da avaliação pode se concluir que os mecanismos de controlo interno do CEDSIF são bons, embora existam áreas que requerem melhorias e serão endereçadas no decurso do ano 2015.

Foram programadas, organizadas e realizadas actividades da celebração dos 10 anos da implementação do e-SISTAFE, traduzidas na gala de apresentação dos feitos do e-SISTAFE, desde o início da sua operacionalização, foi lançada a logomarca dos 10 anos do e-SISTAFE, incluindo debates televisivos, radiofónicos e torneio de futebol salão feminino sub-20.

Também, o CEDSIF fez-se representar na 50ª edição da Feira Internacional de Maputo – FACIM 2014 – e nas comemorações dos 30 anos da cooperação entre a República de Moçambique e a União Europeia.

3.2 Projecto Estruturação do CEDSIF

O projecto Estruturação do CEDSIF tem como finalidade criar um conjunto de instrumentos de gestão e funcionamento organizacional, atendendo a complexidade e natureza da sua operação e condução do processo da reforma.

Para efeitos de formalização dos instrumentos normativos do CEDSIF referentes ao pessoal, a 23 de Maio de 2014 foi criado o Grupo de Trabalho de Recursos Humanos (GRH), ad-hoc, composto por representantes de todas as Unidades Orgânicas do CEDSIF para elaborar a proposta de Carreiras e Qualificadores Profissionais, Quadro do Pessoal e o Sistema Remuneratório, bem como para criar as condições para a regularização da relação laboral, previdência social e assistência médica dos trabalhadores. Os referidos instrumentos foram elaborados e submetidos em Agosto para apreciação pela Comissão Interministerial da Função Pública e pelo Ministério das Finanças.

Enquadrado nas acções de regularização do vínculo laboral com a Instituição, foram enviados ao Tribunal Administrativo 149 processos de Contratos de Trabalho para efeitos de obtenção do Visto, tendo sido visados 135, e estão ainda por enviar, por motivos diversos 17. Adicionalmente, foi regularizada a afectação definitiva de 21 Funcionários transferidos do Ministério das Finanças e de outras Instituições do Aparelho de Estado para o CEDSIF, bem como enviados 127 processos individuais do pessoal, sendo 102 do ex-UTRAFE e 25 do ex-CPD, à Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos do Ministério das Finanças para efeito da contagem de tempo e emissão das respectivas certidões, tendo sido emitidas 113.

Ainda na componente de recursos humanos, foi elaborada e apresentada a proposta do sistema de assistência médica e medicamentosa a Direcção Geral do CEDSIF, tendo sido apreciada pelo Conselho de Direcção.

Para efeitos de melhor promoção da imagem institucional, foi criado o logotipo do CEDSIF.

3.3 Projecto Operações de Sistemas de Informação

No projecto Operações de Sistemas de Informação, cujo escopo principal é garantir que todos os Órgãos e Instituições do Estado executem a despesa pública por Via Directa, nos termos definidos na Lei do SISTAFE, do respectivo regulamento e demais legislação aplicável, através de um processo progressivo de expansão do e-SISTAFE, em 2014, foi distribuído o equipamento para efeitos de instalação e formados os utilizadores para a execução da despesa pública através do e-SISTAFE para mais 140 Unidades Gestoras Beneficiárias.

No total foram descentralizadas² **453** Unidades Gestoras Beneficiárias, sendo **7** de nível Central, **32** de nível Provincial e **414** sectores de nível Distrital (dos quais **10** são Secretarias Distritais e **404** Serviços Distritais), o que perfaz o acumulado de **1.124** UGBs descentralizadas (**525** de nível distrital, **448** de nível provincial e 151 de nível de nível central) desde que o processo iniciou, conforme o ilustrado nos gráficos 1, 2 e 3. Assim, face às **1.538** UGB existentes no OE de 2014, faltam descentralizar um total de **414** UGBs, correspondente a 26,9%.

² UGBs descentralizadas pressupõem uma UGB que executa despesa por via directa independentemente de ter um ponto de e-SISTAFE.

Gráfico 1: UGBs Expandidas de Janeiro a Dezembro de 2014 por Níveis

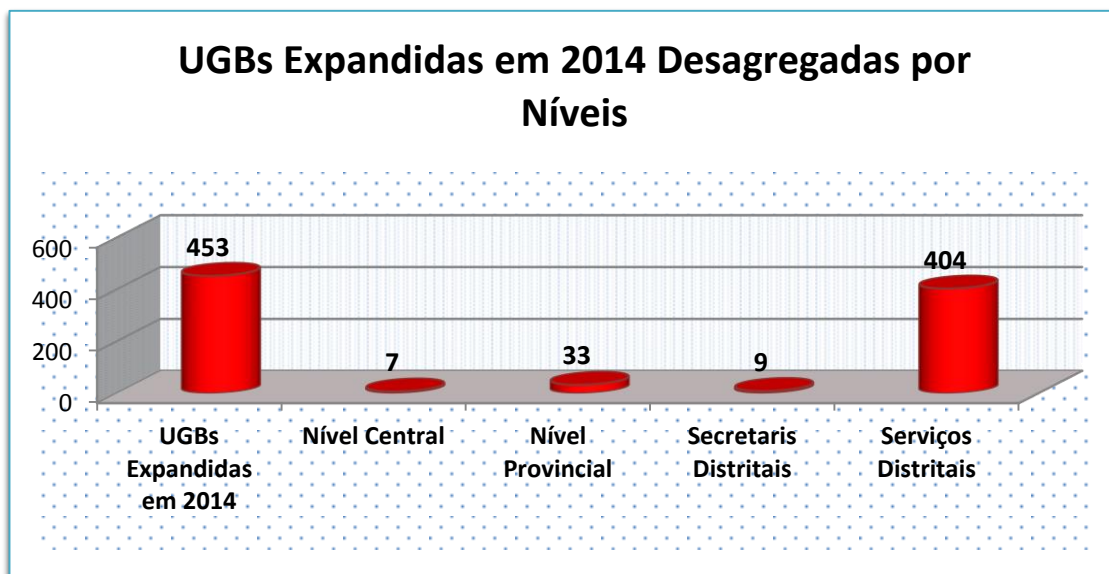


Gráfico 2: Expansão do e-SISTAFE até 2014

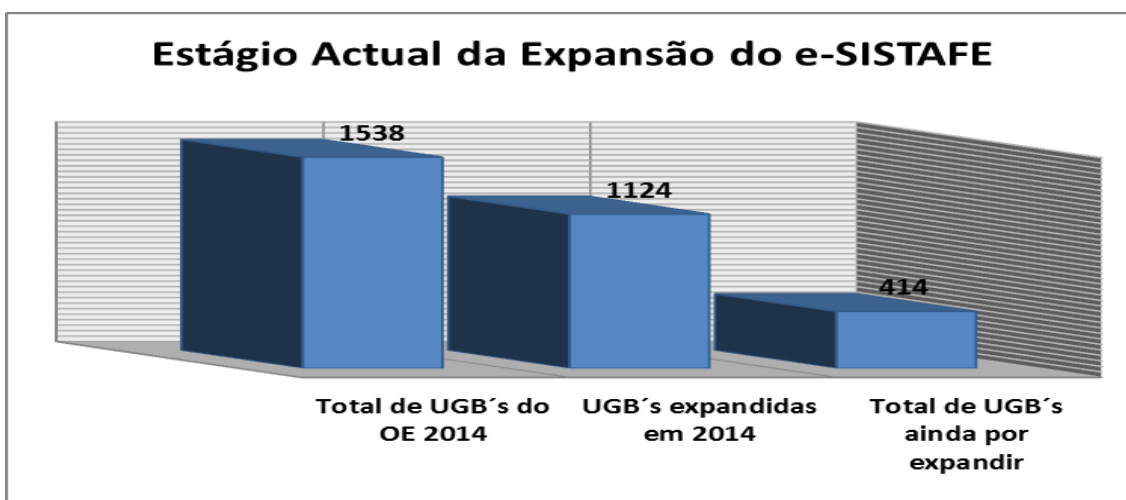
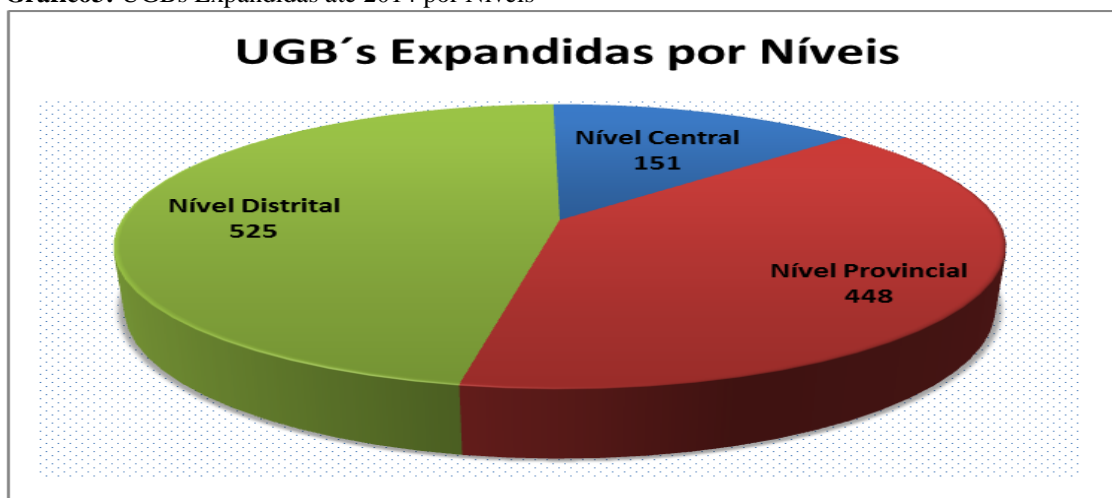


Gráfico 3: UGBs Expandidas até 2014 por Níveis



No ano 2014, registou-se acentuadamente o uso da Via Directa pelas UGE's³, facto que influenciou positivamente os resultados da execução da despesa orçamental.

Refira-se que em 2014, o valor global das despesas do Estado totalizou **177.388.020.167,49 MT**, do qual **120.315.616.122,78 MT** foi pago pela Via Directa, o correspondente a **67,83%** do Total da Despesa Orçamental, superando a meta estabelecida para o período em **2,83 pp**.

A tabela 1 abaixo ilustra a evolução da utilização da Via Directa para execução da despesa, tendo incrementado de 2013 para 2014 na ordem de **9,22 pp**.

Tabela 1: Evolução da Execução da Despesa pela Via Directa em relação ao orçamento do respectivo ano

	Meta 2013	Realizado em 2013	Meta 2014	Realizado em 2014
Execução da Despesa Pela Via Directa	55%	58,61%	65%	67,83%

Ainda neste projecto, destaca-se a revisão do Classificador Económico da Receita (CER) e as melhorias nos Relatórios Trimestrais e da Conta Geral do Estado 2013, incluindo a disponibilização dos Relatórios da Conta de Gerência de 2014 para todas as UGBs.

Adicionalmente, foi alterado o sistema para incorporar a Nota de Compromisso do Pagamento do Estado como documento auxiliar da Nota de Cabimentação, com o propósito de transmitir maior segurança aos fornecedores e prestadores de serviço ao Estado em relação ao fornecimento de bens/prestação de serviço a órgãos e instituições do Estado perante pagamento *a posteriori*.

No período em análise, com vista a alargar a base de conhecimentos e habilidades do pessoal em matérias de e-Folha e e-SISTAFE, 3510 Técnicos provenientes de diversos órgãos e instituições do Estado foram submetidos à formação.

Para garantir o funcionamento permanente do e-SISTAFE foi prestado o serviço de manutenção ao equipamento de suporte instalado nos locais onde este funciona, tendo-se constatado a necessidade de ampliar a largura de banda da *espinha dorsal do e-SISTAFE*, (ligação do Centro de Dados para cada Direcção Provincial do Plano e Finanças) de 1Mbit para 2Mbit, tendo a largura da banda média para os distritos passado de 64 Kbps para 128 Kbps. Com este incremento foi notável a melhoria do

³ Unidade Gestora Executora – Todo órgão ou instituição do Estado, que tem a capacidade administrativa de executar os procedimentos estabelecidos nos macroprocessos do SISTAFE, executa a despesa por via directa e apoia as Unidades Gestoras Beneficiárias a ela vinculadas.

desempenho no funcionamento do e-SISTAFE. Para assegurar maior disponibilidade do sistema, no caso de falhas da ligação do provedor principal das telecomunicações – TDM, foi feita a redundância das ligações para 50% da Zona Norte. Na perspectiva de adquirir circuitos redundantes de comunicações para toda a espinha dorsal da rede do e-SISTAFE, foram elaborados os TdR do concurso que deverá ser lançado nos princípios de 2015.

No domínio das Tecnologias de Informação, foram realizadas acções de renovação, modernização e consolidação destes serviços a nível do CEDSIF, sendo de destacar a finalização em cerca de 90,0% da configuração da nova Infraestrutura de TI do Centro de Dados a todos os níveis (camada de base de dados e de armazenamento, servidores e equipamento de comunicações), bem como do processo de migração tecnológica das aplicações que consistiu na actualização das ferramentas aplicacionais do e-SISTAFE, por forma a melhorar o seu desempenho no processamento; aumentar o nível de estabilidade, qualidade e segurança; melhorar o procedimento de arquivo de dados e padronização do modelo de desenvolvimento.

3.4. Projecto Módulo de Administração do Património do Estado

O Módulo de Administração do Património do Estado é uma aplicação informática de suporte ao Subsistema do Património do Estado. É parte integrante da Lei do SISTAFE, assume uma importância fundamental no processo de Contratação Pública e Gestão dos Bens Patrimoniais do Estado, viabiliza o correcto apuramento do balanço Patrimonial e garante toda a informação relevante e confiável para elaboração da Conta Geral do Estado.

No seguimento das acções de implementação do Módulo de Administração do Património do Estado, em 2014, deu-se continuidade às actividades referentes a aplicações que constituem o suporte à operacionalização das funcionalidades do módulo, conforme se descreve abaixo:

- Catálogo de Bens e Serviços (CBS): aplicação que permite a gestão da base de dados contendo as especificações técnicas dos Bens a adquirir e Serviços a prestar pelo Estado. Para o efeito foram introduzidas melhorias nas funcionalidades que permitem apenas a DNPE fazer a inserção e manutenção das especificações técnicas dos bens; e
- Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços (CEF): aplicação informática que visa unificar os dois cadastros de fornecedores actualmente existentes, um a nível da Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições-UFSA

para efeitos de contratações e outro a nível do Módulo de Execução Orçamental para efeitos de Pagamento. Na sequência das actividades planificadas para o CEF foi disponibilizada a aplicação com as funcionalidades que permite a UFSA realizar o cadastro de fornecedores.

Para além da execução das actividades ligadas a implementação do Módulo, com vista a garantir a extracção dos anexos que compõem a Conta Geral do Estado (CGE) com informação referente aos bens patrimoniais, foi actualizado o Classificador Orgânico na aplicação e-Inventário⁴, decorrente da sua revisão em 2013, garantindo desta forma a sua uniformização com todos módulos e funcionalidades operacionais no e-SISTAFE.

3.5 Projecto Módulo de Arrecadação de Receitas (e-Tributação)

Com a implementação deste Módulo, pretende-se modernizar os serviços da administração tributária, simplificar os procedimentos de declaração e pagamento dos impostos, diminuindo o custo do cumprimento das obrigações aos contribuintes, e conseqüentemente alargar a base tributária e incrementar substancialmente a cobrança da receita.

No âmbito deste projecto, foi finalizado o desenvolvimento das funcionalidades da Fase I do IVA/ISPC e Processos Comuns, que contemplam a Gestão de Liquidação, da Conta Corrente do Contribuinte, Guia de Arrecadação da Receita (GARE), Juros e Multas, Pagamentos, Reembolsos do IVA, Contencioso, Contabilização da Receita, Gestão de Acessos e respectivos Relatórios Críticos. Este facto possibilitou a implantação das funcionalidades em produção e realização do piloto nas Direcções de Área Fiscal (DAFs) do Bairro do Jardim, na Cidade de Maputo, e da Manhiça, e posterior implementação do sistema nas DAFs de Xai-Xai, Massinga, Quissico, Ponta de Ouro, Inhassouro e Xipamanine.

O CEDSIF participou nas actividades de análise dos requisitos de negócio da Fase 2 do IVA/ISPC e Processos Comuns, que contempla o Pagamento de Impostos via Banco, Gestão de Perfil de Risco do Contribuinte, Comunicação entre o e-Tributação e Portal do Contribuinte, Gestão de Casos de Falência, Gestão de Processos de Auditoria e Fiscalização, Gestão do Processo de Transgressão e

⁴ e-Inventário : aplicação informática desenvolvida para o registo dos bens patrimoniais do Estado e extracção dos Mapas que compõem a conta Geral do Estado com a informação referente aos bens Patrimoniais. A mesma apenas permite que ocorra a inserção, actualização e amortização dos bens.

Contencioso, Gestão de Alertas e Gestão de Juízo das Execuções Fiscais, tendo culminado com a finalização dos respectivos Modelos de Negócio.

Foi elaborada e aprovada a estratégia para desenvolvimento e implementação de todos os processos, nomeadamente, Fase 2 do IVA/ISPC e Processos Comuns, Impostos sobre Rendimentos e Outros Impostos. A estratégia resultou de uma análise efectuada aos períodos anteriores da implementação do projecto, e essencialmente prevê a alteração da abordagem de pagamento por horas de trabalho (*Time & Material*) ao implementador até então a *ORACLE Corporation*, que vinha vigorando, para uma abordagem de pagamento por resultados apresentados (*Deliverables*) e preço fixo, mediante o desencadeamento de um concurso público internacional para contratação de uma empresa especializada na implementação do e-Tributação.

3.6 Projecto Subsistema do Controlo Interno

Este projecto visa modernizar os processos inerentes ao subsistema de controlo interno, no que respeita à avaliação do cumprimento das metas previstas nos planos e programas, execução do orçamento e administração do património do Estado, bem como à avaliação da gestão dos administradores públicos.

Com a aprovação do Modelo Conceptual do SCI, grande parte das actividades previstas para serem realizadas pelo CEDSIF em 2014 foram transferidas para a Inspeção Geral de Finanças – IGF – ou recalendarizadas para serem realizadas após a revisão da Lei do SISTAFE.

Com o propósito de proporcionar maior transparência e disponibilização de informação sobre os actos e factos de administração financeira do Estado, foi concebida, desenvolvida e homologada a aplicação que permite a disponibilização dos relatórios das demonstrações das receitas e das despesas desagregadas em função dos respectivos classificadores, a qual estará disponível no portal das Finanças Públicas após apreciação e validação pelo Grupo Técnico constituído pelas Direcções Nacionais do Tesouro, da Contabilidade Pública, do Orçamento, de Estudos e Análises Económicas e do CEDSIF.

3.7 Projecto Reforço da Coordenação das Finanças Públicas

Este projecto tinha como objectivo a definição e institucionalização uniforme de organização, modernização e classificação das unidades orgânicas, dos processos e de segregação de funções atendendo a sua natureza, complexidade e outras especificidades no domínio e em matérias da GFP.

Não foi possível, ao longo de 2014, desenvolver grande parte das actividades previstas neste projecto, pois, elas estavam dependentes de outras actividades a serem realizadas por outros projectos. Contudo, com vista a fortalecer os mecanismos de interacção com os Utilizadores, Parceiros, Sociedade Civil e Sector Privado em matérias de Gestão das Finanças Públicas, foram elaborados os TdRs do Fórum dos utilizadores do e-SISTAFE. Ainda no período em análise, foi feita a divulgação das potencialidades do e-SISTAFE para fins gerenciais (relatórios que os doadores e parceiros solicitam), e a restrição de utilização de outros sistemas paralelos ao e-SISTAFE no apoio as actividades de Administração Financeira.

O CEDSIF participou em dois seminários, um sobre interoperabilidade do Governo e outro sobre a plataforma nacional de pagamentos, cujo objectivo era a aplicação do modelo de interoperabilidade ao nível do Governo.

Igualmente, o CEDSIF partilhou a sua experiência com uma delegação de Uganda sobre a implementação da Conta Única do Tesouro assente num sistema integrado de gestão de Finanças Públicas com vista a melhoria de gestão do fluxo de caixa.

3.8 Projecto Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Segurança

O projecto Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Segurança tem como actividade principal a criação de um modelo único para a gestão destas duas áreas dentro da organização, baseado nas normas *ISO 9001* e *ISO 27001*, com objectivo de garantir que o CEDSIF ofereça serviços alinhados as melhores práticas reconhecidas internacionalmente.

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade baseado na norma ISO9001 foi redefinido e harmonizado com os vários Serviços do CEDSIF o Mapa do processo de desenvolvimento de sistemas, nomeadamente:

- A definição de requisitos de negócio e o desenvolvimento de *software* com objectivo de reorganizar os processos e melhor enquadrá-los na cadeia de valores do CEDSIF;

- O mapeamento do procedimento de Gestão de Incidentes que consistiu no levantamento das actividades de registo e resolução de incidentes reportados ao CEDSIF;
- O início do processo de Gestão de Recursos Humanos que consistiu na identificação de todos os seus subprocessos e sua priorização; e
- O início do mapeamento do subprocesso de viagens no âmbito de formações e realização de visitas de trabalho.

Em simultâneo foram definidos os indicadores de desempenho para o processo de desenvolvimento de *software* anteriormente referido, e elaborada a proposta para o seu controlo e monitoria; foi também, elaborada uma proposta específica de Termos de Referências para a possível criação de uma Unidade Coordenadora da Gestão de Projectos.

Foram igualmente elaborados planos de Garantia da Qualidade para os projectos de Migração Tecnológica, Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos – SNGRH – e e-Tributação e certificadas todas as versões de *software* implantadas nos ambientes de produção e treinamento com o intuito de verificar a qualidade dos processos de desenvolvimento.

Procedeu-se à revisão dos procedimentos de controlo de documentos que estabelecem as directrizes para o controlo de documentos e registos, descrevendo todo o processo documental, desde a elaboração, aprovação, emissão, alteração, distribuição, cancelamento e arquivo de documentos envolvidos no Sistema de Gestão de Qualidade do CEDSIF.

Em relação a implementação do Sistema de Gestão de Segurança de Informação (SGSI), foi revisto o documento das Normas de Segurança de Sistemas de Informação, que é um documento com o objectivo de garantir e assegurar a protecção de informações a partir da sua origem, regulamentar o processamento de informação, enquadrar todos os intervenientes (Funcionários, Agentes, Consultores, Utilizadores, Parceiros e Prestadores de Serviços) nos princípios de segurança da informação e proteger os activos do CEDSIF de acções ilegais ou danosas. Para garantir a disponibilidade do sistema e a continuidade do Negócio de forma ininterrupta, foram adquiridos equipamentos para os Centros de Dados.

Foram também efectuadas várias auditorias aos sistemas, por solicitação de instituições públicas e por empresas, visto que alguns pagamentos mostravam indícios claros de serem indevidos. Nas auditorias foram identificados pagamentos indevidos, e como forma de garantir melhor seguimento destes casos

foram elaboradas Notas para os dirigentes das instituições e a Inspeção Geral de Finanças (IGF) para seguimento.

Para garantir o controlo das Instalações do CEDSIF foi implementada a obrigatoriedade do uso dos crachás, incluindo as instituições não pertencentes ao CEDSIF e que se encontram no edifício, aos visitantes e estagiários. Foi revisto o sistema de detenção e combate a incêndios, adquiridos equipamentos de *scanner* e detenção de metais, e montado o sistema de controlo de acesso no CEDSIF.

3.9 Projecto Sistema de Gestão Municipal (SGM)

O Sistema de Gestão Municipal (SGM) visa implementar a reforma nos processos de gestão a nível dos Municípios, na componente de Administração Financeira Autárquica e nas componentes urbanísticas, ambiental e de gestão de serviços municipais.

Em 2014, na componente de gestão financeira autárquica, foi elaborado o Modelo Conceptual e o respectivo cronograma de actividades para sua implementação, carecendo ainda dos processos de divulgação e harmonização com os municípios e com as direcções nacionais responsáveis pelos processos de Orçamento, Tesouro e Contabilidade pública (TOC), para posterior aprovação pelas entidades competentes a nível do CEDSIF, do ministério que superintende a área das finanças e do Ministério da Administração Estatal e Função Pública.

Na componente urbanística, ambiental e de gestão de serviços municipais, em coordenação com o Projecto de Cidades e Mudanças Climáticas (PCMC) e financiamento do Banco Mundial (BM), foi contratada a Consultoria especializada para apoiar na elaboração do Modelo Conceptual desta componente, tendo elaborado e submetido para aprovação o respectivo plano de trabalhos.

Durante este período, com vista a garantir a mobilização de fundos para a implementação do projecto, foi solicitado e aprovada a prorrogação do prazo junto dos doadores.

3.10 Projecto Módulo de Salários e Pensões

Visando garantir a racionalização da despesa pública com salários e remunerações por Via Directa a todos os Funcionários e Agentes do Estado (FAE), observando a estrutura remuneratória das carreiras profissionais e o cadastro dos mesmos, em 2014 prosseguiu-se com a expansão do pagamento de

salários e renumerações através da Via Directa tendo sido pagos em Dezembro do ano em referência **247.117** FAE na situação de activo no e-CAF e de pensionistas no e-CAPAE, de um total de **292.243**, correspondente a **84,58%**. Dos FAE pagos pela VD **218.812** tiveram seus salários processados e pagos através do e-FOLHA, o que corresponde a **75,0 %** do total dos FAE.

Deu-se também continuidade à expansão do e-Folha para mais unidades, tendo, até Dezembro de 2014, sido integradas aproximadamente 3.000 Órgãos e Instituições do Estado, na sua maioria Escolas.

Ainda neste período, foi aprovada a proposta do Plano de Acção para a aceleração da expansão do e-Folha. Este plano indicou, de entre outros, a necessidade de se estabelecer um roteiro para o processamento e pagamento de salários com vista a assegurar o pagamento atempado de salários através da automatização dos seus processos-chave, o qual foi iniciado e aprovado em 2014, através do Diploma Ministerial número 210/2014, tendo sido divulgado no Conselho Consultivo do Ministro das Finanças para início da sua implementação, a partir de Março de 2015.

3.11 Projecto Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções (SINAGEC)

Este projecto visa desenvolver uma aplicação informática que permitirá ao Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) prever os custos das obras de construção civil. Neste contexto, foi iniciada a actualização do Modelo de Negócio.

Em 2014, no âmbito da Infraestrutura Tecnológica, foi iniciado o processo de disponibilização de ambientes de desenvolvimento e testes, tendo em vista a criação de condições técnicas para o início do desenvolvimento da aplicação informática.

3.12 Projecto Sistema de Gestão de Beneficiários da Acção Social (SGB)

Este projecto tem como acção básica desenvolver e implementar uma aplicação informática que permita facilitar a gestão dos beneficiários de assistência social sob alçada do Instituto Nacional de Acção Social (INAS). O projecto em causa será constituído por 8 Módulos, tendo, no período em análise, sido concluída a definição dos processos de negócio e a arquitectura do sistema, a modelagem e especificações da aplicação para o Módulo de Cadastro Único de Beneficiários, e iniciados os processos de testes e homologação.

Foram iniciadas as actividades para o desenvolvimento dos Módulos de Gestão de Programas e de Focalização por Programas. Na componente de infraestruturas, foi iniciado o processo de preparação da infraestrutura tecnológica de suporte, tendo sido preparados os ambientes de desenvolvimento, testes e de homologação.

Neste período, em virtude de o primeiro contrato global e a respectiva adenda ao mesmo terem expirado em Novembro de 2014, foi em dezembro de 2014 celebrado um novo contrato de prestação de serviços entre o CEDSIF e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entidade financiadora do projecto, para se dar continuidade ao mesmo, bem como assinado o MdE para hospedagem do sistema no CEDSIF.

3.13 Projecto Reforma da Contabilidade Pública Patrimonial (*Accrual Accounting*)

Este projecto visa a operacionalização da contabilidade patrimonial por compromissos, observando-se as Normas Internacionais de Contabilidade para o Sector Público (NICs - SP), do que resultará a gradual melhoria de informações económico-financeiras dos órgãos e Instituições do Estado e na elaboração dos respectivos balanços patrimonial, financeiro e orçamental e de outras demonstrações contabilísticas. No decurso do ano 2014, o CEDSIF celebrou contrato de prestação de serviços para proceder ao estudo de identificação das normas a serem aplicadas no país, bem como a sua calendarização de implementação, tendo em sequência recebido da empresa contratada a proposta da versão final de um conjunto de princípios, regras e procedimentos que poderão integrar as normas contabilísticas aplicáveis na República de Moçambique às entidades que o Governo determinar através de diploma legislativo (Normas de Contabilidade Pública e Plano de Contas baseado nas NIC-SP), com o calendário e o programa de formação para a sua implementação.

3.14 Projecto Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos (SNGRH)

No Projecto Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos, na componente Ciclo de vida dos Funcionários e Agentes do Estado, foi elaborado o plano e orçamento do projecto previsto no contrato com a empresa BTC, contratados 3 consultores, dos quais 2 foram afectos ao Serviço de Desenvolvimento e 1 ao Serviço de Organização e Modernização; e iniciada a elaboração do modelo ajustado para a gestão de Recursos Humanos.

Os progressos registados em cada um dos projectos acima descritos permitem aferir que de uma forma geral, as actividades realizadas permitiram ao CEDSIF alcançar os principais objectivos traçados para o ano 2014. Fazendo uma comparação com o que estava planificado, verifica-se que não foram executadas algumas das acções, quer pelo facto destas terem sido recalendarizadas, quer por falta de capacidade humana e financeira para o efeito.

4. PRINCIPAIS ACTIVIDADES REALIZADAS AO NÍVEL DAS DELEGAÇÕES DO CEDSIF

Para a implementação da Lei do SISTAFE e dinamização da sua intervenção, foram, ao abrigo do Diploma Ministerial n.º 9/2015, de 14 de Janeiro, criadas todas as Delegações do CEDSIF, tendo sido nomeados os delegados para todas as províncias, com excepção de Gaza, Maputo, e Cidade de Maputo.

No decurso de 2014, os delegados realizaram um conjunto de actividades com impacto no cumprimento das atribuições do CEDSIF, sendo de destacar as seguintes:

- A expansão do e-SISTAFE a nível provincial e distrital, não incluindo, portanto, o nível central, para 446 UGB's das quais 32 de nível provincial e 414 de nível distrital;

Tabela 2: UGB's Expandidas em 2014 por Província

Província	Maputo Província e Cidade	Gaza	Sofala	Inhamb	Manica	Tete	Zamb	Nampul	C.Delg	Niassa
UGB's Expandidas em 2014	38	25	52	55	20	32	63	68	26	67
Total	446									

- Recepção e instalação do equipamento informático às UGBs previstas na expansão;
- Instalação e monitoria da operacionalidade dos *Sites*, sendo que ao nível das províncias se registou a seguinte situação:

Tabela 3: Ponto de Situação dos Sites ao Nível da Região Norte do País

Região Norte											
Niassa				Cabo Delgado				Nampula			
Total de sites	Sites Indisponíveis			Total de sites	Sites Indisponíveis			Total de sites	Sites Indisponíveis		
	Desligado	Avaria TDM	Equipamento Danificado		Desligado	Avaria TDM	Equipamento Danificado		Desligado	Avaria TDM	Equipamento Danificado
45	2	2	2	36	0	3	2	61	1	1	6

Tabela 4: Ponto de Situação dos Sites ao Nível da Região Centro do País

Região Centro															
Zambézia				Tete			Manica			Sofala					
Total de sites	Sites Indisponíveis			Total de sites	Sites Indisponíveis			Total de sites	Sites Indisponíveis			Total de sites	Sites Indisponíveis		
	Desligado	Avaria TDM	Equipamento Danificado		Desligado	Avaria TDM	Equipamento Danificado		Desligado	Avaria TDM	Equipamento Danificado		Desligado	Avaria TDM	Equipamento Danificado
58	1	2	2	48	0	3	2	40	1	0	2	56	1	0	2

Tabela 5: Ponto de Situação dos Sites ao Nível da Região Sul do País

Região Centro															
Inhambane				Gaza				Maputo Província				Maputo Cidade			
Total de sites	Sites Indisponíveis			Total de sites	Sites Indisponíveis			Total de sites	Sites Indisponíveis			Total de sites	Sites Indisponíveis		
	Desligado	Avaria TDM	Equipamento Danificado		Desligado	Avaria TDM	Equipamento Danificado		Desligado	Avaria TDM	Equipamento Danificado		Desligado	Avaria TDM	Equipamento Danificado
55	0	0	1	43	0	2	2	50	0	1	1	200	14	2	1

Importa referir que dos 692 *sites* existentes a nível nacional, até 31 de Dezembro de 2014, 59 *sites*, o que equivale a 9,0%, encontravam-se indisponíveis, estando 20 desligados e carecendo de diagnóstico; 16 por avaria das TDM; e 23 por estarem danificados. É importante também referir que com a criação das Delegações do CEDSIF o volume de *sites* indisponíveis reduziu consideravelmente. Espera-se que com o reforço da capacidade nas delegações do CEDSIF, em muitos distritos essa situação venha melhorar.

- O pagamento de salários pela Via Directa atingiu por província as percentagens apresentadas na tabela que se segue:

Tabela 6: Número de Funcionários Pagos Salários Pela Via Directa por Província

Província	Total Recenseado e-CAPAE	FP's pagos pela Via Directa e-CAF e-	% FP's pagos pela Via Directa
Niassa	18.025	16.576	91,96%
Cabo Delgado	18.472	13.477	72,96%
Nampula	39.264	31.800	80,99%
Zambézia	40.850	33.653	82,38%
Tete	20.079	17.561	87,46%
Manica	22.258	20.171	90,62%
Sofala	25.489	22.845	89,63%
Inhambane	21.142	19.555	92,49%
Gaza	18.733	15.467	82,57%
Maputo	19.342	17.380	89,86%

- Monitoria dos processos de avaliação das condições de entrada dos sectores para o e-Folha; e
- Formações, reciclagem e assistência técnica aos utilizadores do e-SISTAFE nas questões relacionadas com a operação dos diferentes módulos e/ou funcionalidades e em matérias relacionadas com a Administração Financeira do Estado.

Na Área de Apoio ao Utilizador

Na componente de apoio ao Utilizador tiveram lugar acções de formação em matérias do e-SISTAFE e do e-Folha, bem como de assistência aos usuários do equipamento do e-SISTAFE. As acções de formação, incluindo a expansão do SISTAFE, resultaram na subida do volume da despesa do Estado

executada pela Via Directa e no número de Funcionários e Agentes do Estado, cujos salários e remunerações são pagos pela via e-Folha.

Em 2014, com excepção de Niassa e Inhambane porque não fazem referência no relatório, e as províncias de Gaza, Maputo e Maputo-Cidade por não terem delegados, em todas as Províncias muitos técnicos beneficiaram da formação em matérias do e-SISTAFE, conforme ilustra a tabela 1, que a seguir se apresenta.

Tabela 7: Formação em Matérias do e-SISTAFE

Zona Norte					
Províncias					Sub-Total
	Nampula	C. Delgado	Niassa		280
Cidade	10 (EU)	77	0		
Distrito	36+ 41(EU)	116	0		
Zona Centro					
Províncias					Sub-Total
	Sofala	Manica	Tete	Zambézia	510
Cidade	81	13	54	31	
Distrito	81	8	139	103	
Total					790
Zona Sul					
Sem informação					

Constrangimentos

As Delegações registaram problemas face à:

- Existência de funcionários com dupla vinculação e com NUITs inactivos;
- Existência de operadores do e- SISTAFE sem nenhuma acção de treinamento; e
- Partilha de senhas de acesso entre os utilizadores.

5. PRINCIPAIS ACTIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS PELA ESCOLA DO CEDSIF

De acordo com a legislação da sua criação, o CEDSIF aglutina em si, as competências e os recursos humanos e materiais das extintas UTRAFE, e CPD. Assim, o CEDSIF herdou um centro de formação técnico-profissional de informática de nível médio, pertencente ao CPD designado Escola do CEDSIF.

Das diferentes actividades realizadas pela Escola em 2014, destacam-se as seguintes:

- Submetido pelo corpo docente a proposta do curso de língua inglesa para funcionários do CEDSIF;
- Iniciado o processo de concepção dos documentos normativos para formalização da Unidade Orgânica e nomeação do respectivo Corpo Directivo;
- Efectuada a apresentação sem contrapartida de valores, por uma empresa, para disponibilização do *software* de Gestão Administrativa e Académica, com vista a melhorar o acompanhamento dos processos administrativos e académicos;
- Iniciado o processo de passagem da Gestão Orçamental para o DAF, nomeadamente: gestão contabilística, pagamentos; gestão da tesouraria, gestão patrimonial; entre outras; e
- Submetida à apreciação, tendo sido posteriormente aprovada, a proposta da Tabela de Preçário que tomou como base a regulamentação de todos os actos administrativos existentes na Escola do CEDSIF.

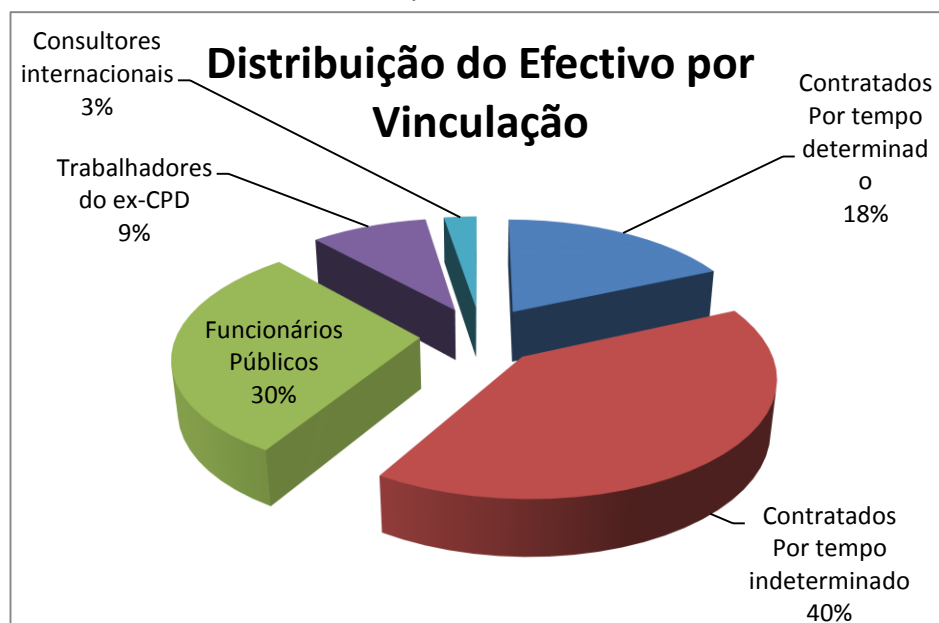
6. RECURSOS HUMANOS

O Estatuto Orgânico do CEDSIF aprovado pelo Decreto nº 27/2012, de 26 de Julho estabelece no número 1 e 2 do artigo 6 que a instituição pode possuir funcionários públicos e trabalhadores contratados, sendo os funcionários regidos pelo Estatuto Geral de Funcionários e Agentes do Estado e os trabalhadores contratados pela Lei do Trabalho. Na gestão do pessoal, para além dos dois já mencionados dispositivos legais, também é aplicável a legislação avulsa complementar específica ao pessoal das duas modalidades de vinculação, sempre que se ache necessário. Os contratos são por tempo determinado e indeterminado.

No ano de 2014, o CEDSIF contou com 273 colaboradores, entre funcionários e contratados, sendo que destes 7 são consultores internacionais.

Na distribuição do efectivo, conforme pode-se observar no gráfico que se segue, os contratados por período indeterminado constituem a maioria, representando 40,0% do total do efectivo, seguido dos funcionários públicos que representam 30,0%, dos contratados por tempo determinado a representar 18,0%, dos trabalhadores do ex-CPD⁵ que representam 9,0% e dos consultores internacionais que representam 3,0%.

Gráfico 4: Distribuição do Efectivo por Modalidade de Vinculação



Fonte: Processos Individuais

⁵ Por força do decreto que cria o CEDSIF, transitaram para a Gestão do CEDSIF, aguardando pela aprovação das Carreiras, Qualificadores Profissionais e Quadro do Pessoal para a devida regularização.

O quadro do pessoal do CEDSIF é maioritariamente jovem, com idade igual ou inferior a 40 anos (202 colaboradores que representam cerca de 74,0%), sendo que a idade média verificada em 2014 foi de 33 anos (tabela 8).

Em termos de género, 70,0% são masculinos e 30,0% femeninos.

Tabela 8: Distribuição do Efectivo por Níveis Académicos, Género e Faixas Etárias

Nível académico /sexo	Faixas etárias																		TOTAL	%
	18-25			26-30			31-40			41-50			51-60			>60				
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	FM	
Mestrado			0			0	3	2	5	2		2		2	2			0	9	3.3%
Licenciatura		1	1	5	20	25	37	81	118	9	22	31	4	8	12	1	1	2	189	69.2%
Bacharelato			0	1	2	3	3	7	10			0		1	1			0	14	5.1%
Médio Profissional		1	1	1	5	6	5	4	9	3	1	4		2	2			0	22	8.1%
Médio Geral	2		2	2	3	5	7	5	12	1	3	4	1		1			0	24	8.8%
Básico			0		1	1	1	2	3			0	1	5	6			0	10	3.7%
Elementar			0			0	1		1			0		3	3		1	1	5	1.8%
Total	2	2	4	9	31	40	57	101	158	15	26	41	6	21	27	1	2	3	273	100%

Fonte: Processos individuais

Em termos de formação académica, 213 colaboradores possuem formação superior (78.0%), sendo 3% com grau de mestrado, 70,0% com licenciatura e 5,0% com bacharelato. Os restantes colaboradores possuem níveis técnico médio profissional (8,0%), médio geral (8,0%), básico (4,0%) e elementar (2,0%).

No que respeita a distribuição do efectivo, por áreas de trabalho, a tabela 9 que se segue mostra que o Serviço de Desenvolvimento de Sistemas de Informação (SDSI) é o que absorve mais colaboradores (52, representando 19,0%), seguido do Serviço de Organização e Modernização (41, representando 15,0%), pelo Serviço de Operações (34, representando 12,0%) e pelo quadro das delegações que prestam serviços de apoio aos utilizadores e de manutenção do e-SISTAFE a nível das províncias (28, representando 10,0%).

Tabela 9: Distribuição do Efectivo por Unidade Orgânica, Género e Nível Académico

Unidade orgânica	Nível académico																					% do Total F/M em Relacao do Total de Func.	
	Mestrado			Licenciatura			Bacharelato			Médio			Médio Geral			Básico			Elementar				Total
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total		F/M
AAJ			0	1	2	3			0			0			0			0			0	3	1.10%
CI			0	3	1	4			0			0			0			0			0	4	1.47%
DAF			0	3	3	6			0		3	3	3	2	5	1	5	6		4	4	24	8.79%
DAU			0	1	2	3	1		1	5	2	7	5	3	8		1	1			0	20	7.33%
Delegações			0	3	24	27			0		1	1			0			0			0	28	10.26%
Direcção			0	2	4	6		1	1			0	2	1	3			0			0	10	3.66%
DRH	1		1	4	2	6			0	2	1	3			0			0			0	10	3.66%
Escola			0	2	1	3			0	1		1			0	1	2	3	1		1	8	2.93%
Gestão de Projectos			0	1	6	7			0			0			0			0			0	7	2.56%
SCI	1	1	2	2	4	6			0		2	2			0			0			0	10	3.66%
SSSI			0		3	3	2	2	4		1	1		1	1			0			0	9	3.30%
SDSI		1	1	7	40	47		3	3			0	1		1			0			0	52	19.05%
SO			0	5	22	27		2	2		3	3	1		1			0			0	33	12.09%
UGEA	1	1	2	2	1	3	1		1			0	1	1	2			0			0	8	2.93%
SOM	1	1	2	18	17	35	2		2			0		2	2			0			0	41	15.02%
SQC	1		1	3	1	4			0		1	1			0			0			0	6	2.20%
TOTAL	5	4	9	57	133	190	6	8	14	8	14	22	13	10	23	2	8	10	1	4	5	273	100.00%
% do Níveis	2%	1%	3%	21%	49%	70%	2%	3%	5%	3%	5%	8%	5%	4%	8%	1%	3%	4%	0%	1%	2%		

Fonte: Processos Individuais

Durante o ano de 2014 registou-se alguma movimentação do pessoal de e para o CEDSIF, por várias razões, das quais se destaca, as transferências para o CEDSIF, desligamento, abandono do lugar, aposentação e denúncia de contrato. Assim, nesse período registaram-se 7 saídas com o nível superior e 1 com nível elementar. O número de entradas foi superior ao das saídas, tendo-se registado no período a entrada de 6 trabalhadores, com nível superior, de um total de 11, conforme a tabela 10.

Tabela 10: Entradas e Saídas em 2014

Nível académico	Saídas								Total de saídas	Entradas		Total de entradas	
	Desligamento	Abandono do lugar	Aposentaçã		Denúncia de contrato		Transferências						
			F	M	F	M	F	M		F	M		
Mestrado								0		1	1		
Licenciatura		1					1	2	2	6	2	4	6
Médio profissional										1		1	
Básico									0	1	1	2	
Elementar				1						1	1	1	
Total									7	5	6	11	

Fonte: Processos individuais

No ano em apreciação, verificaram-se 65 participações em acções de capacitação, num total de 15 cursos ministrados, sendo 2 da área de gestão e 13 de áreas técnicas essencialmente ligadas a Tecnologia de Informação e Comunicação e de Segurança de Sistemas de Informação.

7. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO CEDSIF EM 2014

No ano de 2014 foi atribuído um limite inicial para o Orçamento do CEDSIF no valor de **595.603.250,00 MT**. Este valor é resultado da inscrição de fundos do Tesouro no valor de **420.000.000,00 MT** e de recursos de Parceiro do Fundo Comum do SISTAFE (FCUTRAFE) no valor de **175.603.250,00 MT**, tendo sido acrescido de recursos orçamentais de 2013, desembolsados e transitados para 2014 no valor de **205.360.905,19 MT** (constituído por **121.020.262,25 MT, USD 2.815.476,82, EUROS 1.310,42 e ZAR 6.644,99**) e ainda do valor de **42.129.367,18 MT**, perfazendo um total de **843.093.522,37 MT**, conforme o mapa a seguir, que também ilustra o valor do compromisso assumido por cada Parceiro para o ano em análise.

Tabela 11: Fonte de Recursos para o PAO 2014 (inclui os compromissos dos Parceiros em Metical e em Moedas de Origem)

Financiador	Finalidade	Data	Moeda	Câmbio	Valor (Meticul)	Valores (Moeda de Origem)
Governo	e-SISTAFE		MT	1.00	420,000,000.00	420,000,000.00
Itália	e-SISTAFE		EUR	40.36	14,124,950.00	350,000.00
Dinamarca	e-SISTAFE		DKK	5.42	27,075,050.00	5,000,000.00
	e-Tributação		DKK	5.42	54,150,100.00	10,000,000.00
Noruega	e-SISTAFE		NOK	5.35	80,253,150.00	15,000,000.00
OIT	e-SISTAFE		USD	30.50		-
Subtotal (1)					595,603,250.00	
Valor de 2013 inscrito em 2014-133FCUTRAFE			MT		110,011,122.37	
Valor de 2013 inscrito em 2014-134 UE			MT		137,479,150.00	
Subtotal (2)					247,490,272.37	
Global (3)=(1)+(2)					843,093,522.37	

Fonte: PAO 2014

Ao longo do ano em análise, houve entradas financeiras do Governo, Parceiros e outras fontes no valor de **651.687.841,68 MT**. Desses valores, a parte do Governo refere-se à dotação efectivamente paga no valor de **437.909.634,81 MT** e aos desembolsos feitos pelos Parceiros, nomeadamente, Itália, Dinamarca e Noruega no valor de **170.190.745,44 MT**. Relativamente à outras fontes não previstas no plano de desembolso de 2014, registaram-se entradas no valor de **43.587.461,43 MT**, cuja origem é a venda de cadernos de encargo, serviços prestados à terceiros, particularmente da OIT.

O plano de desembolsos aprovado no PAO 2014, que consta na tabela 11, foi realizado em **100%** na componente Externa. Mas os mesmos não foram executados atempadamente, o que criou dificuldades na execução da despesa, tal como ilustram as tabelas n.ºs 12 e 13.

Recursos Previstos e Disponibilizados pelo Governo e Parceiros

Tabela 12: Recursos Previstos e Realizados até 31/12/14 em Moeda de Origem

Países	Finalidade	Moeda	Previsto	Desembolsos Realizado												Moeda de Origem	
			Total	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Realizado	Grau de Execução
Governo de Moçambique	e-SISTAFE	MT	420,000,000.00	21,816,178.67	29,038,139.84	22,868,123.65	21,417,649.15	38,485,536.89	30,865,308.03	34,796,046.17	25,708,237.23	35,566,857.77	44,632,535.00	33,892,293.17	98,822,729.24	437,909,634.81	
SubTotal do Governo (1)			420,000,000.00	21,816,178.67	29,038,139.84	22,868,123.65	21,417,649.15	38,485,536.89	30,865,308.03	34,796,046.17	25,708,237.23	35,566,857.77	44,632,535.00	33,892,293.17	98,822,729.24	437,909,634.81	
Itália	e-SISTAFE	EUR	350,000.00				350,000.00									350,000.00	100.00%
Dinamarca	e-SISTAFE	DKK	5,000,000.00		4,000,000.00										1,000,000.00	5,000,000.00	100.00%
	e-Tributação	DKK	10,000,000.00		6,000,000.00										4,000,000.00	10,000,000.00	100.00%
Noruega	e-SISTAFE	NOK	15,000,000.00						7,500,000.00			7,500,000.00				15,000,000.00	100.00%

Tabela 13: Recursos Previstos e Realizados até 31/12/14 em Meticais

Países	Finalidade	Moeda	Previsto	Desembolsos Realizado												Realizado	MZN
			Total	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
Governo de Moçambique	e-SISTAFE	MT	420,000,000.00	21,816,178.67	29,038,139.84	22,868,123.65	21,417,649.15	38,485,536.89	30,865,308.03	34,796,046.17	25,708,237.23	35,566,857.77	44,632,535.00	33,892,293.17	98,822,729.24	437,909,634.81	
SubTotal do Governo (1)			420,000,000.00	21,816,178.67	29,038,139.84	22,868,123.65	21,417,649.15	38,485,536.89	30,865,308.03	34,796,046.17	25,708,237.23	35,566,857.77	44,632,535.00	33,892,293.17	98,822,729.24	437,909,634.81	
Itália	e-SISTAFE	MT	14,124,950.00				14,616,000.00									14,616,000.00	
	e-SISTAFE	MT	27,075,050.00		22,521,761.37											5,184,068.37	27,705,829.74
Dinamarca	e-Tributação	MT	54,150,100.00		33,782,642.20											20,736,273.50	54,518,915.70
Noruega	e-SISTAFE	MT	80,253,150.00						37,425,000.00			35,925,000.00				73,350,000.00	
Subtotal Dos Parceiros (2)			175,603,250.00	0.00	56,304,403.57	0.00	14,616,000.00	0.00	37,425,000.00	0.00	0.00	35,925,000.00	0.00	0.00	25,920,341.87	170,190,745.44	
Entradas não Previstas		MT		10.00	16,100.00	12,400.00	-	15,300.00	138,534.00	10,498.56	35,473.56	3,571,094.00	17,343.42	7,022,577.00	32,748,130.89	43,587,461.43	
SubTotal de Diversos (3)			0.00	10.00	16,100.00	12,400.00	0.00	15,300.00	138,534.00	10,498.56	35,473.56	3,571,094.00	17,343.42	7,022,577.00	32,748,130.89	43,587,461.43	
SubTotal(4=1+2+3)			595,603,250.00	21,816,188.67	85,358,643.41	22,880,523.65	36,033,649.15	38,500,836.89	68,428,842.03	34,806,544.73	25,743,710.79	75,062,951.77	44,649,878.42	40,914,870.17	157,491,202.00	651,687,841.68	

A dotação inicial dos recursos a serem disponibilizados pelo Tesouro foi acrescida em **17.909.634,81 MT**, passando de **420.000.000,00 MT** para **437.909.634,81 MT** e foram efectivamente disponibilizados pelo Governo.

No período em análise, o CEDSIF teve dotação inicial de **595.603.250,00 MT**, tendo, posteriormente, sido acrescido na ordem de **285.283.059,02 MT**, e resultado numa dotação orçamental actualizada no valor de **880.886.309,02 MT**, tal como ilustra a tabela 14,

Esta dotação foi executada no valor de **698.930.403,26 MT**, o correspondente a **79,34%**, ficando por executar o valor de **181.955.905,76 MT**, correspondente a **20,66%**, conforme ilustra a tabela 15. A falta de execução orçamental na totalidade resultou essencialmente do facto de existirem processos contratuais de bens e serviços em curso no final do ano, conforme mostra o anexo 2 e a impossibilidade da utilização dos fundos da União Europeia em virtude de possuir critério específicos da execução dos seus recursos.

Tabela 14: Variações Orçamentais

Fonte de Recurso	Orçamento Inicial	Variações Orçamentais	Orçamento Actualizado
Governo	420,000,000.00	18,223,528.17	438,223,528.17
Parceiros do Fundo Comum	175,603,250.00	75,775,108.06	251,378,358.06
MISAU		6,365,493.29	6,365,493.29
União Europeia		131,654,469.50	131,654,469.50
Autoridade Tributara		53,264,460.00	53,264,460.00
Total	595,603,250.00	285,283,059.02	880,886,309.02

Tabela 15: Execução Por Fontede Recursos

Ordem	Fonte de Recurso	Dotação Total	1 Trimestre	2 Trimestre	3 Trimestre	4 Trimestre	Execução Total	Saldo	%
1	101 Governo	438,223,528.17	73,722,442.16	90,768,494.07	96,071,141.17	177,347,557.41	437,909,634.81	313,893.36	99.93%
2	133FCUTRAFE	251,378,358.06	38,042,477.41	47,432,495.82	26,960,703.38	71,767,917.08	184,203,593.69	67,174,764.37	73.28%
3	134BEL	6,365,493.29				6,365,493.29	6,365,493.29	-	100.00%
4	134UE	131,654,469.50		28,058,514.73	6,166,981.91	11,040,956.34	45,266,452.98	86,388,016.52	34.38%
5	133FCAAT	53,264,460.00				25,185,228.49	25,185,228.49	28,079,231.51	47.28%
7=1+2+3									
+4+5	Total	880,886,309.02	111,764,919.57	166,259,504.62	129,198,826.46	291,707,152.61	698,930,403.26	181,955,905.76	79.34%

Despesas Por Rubricas Agregadas (CED)

A execução orçamental global por classificação Económica da Despesa – CED, no periodo em análise, mostra que a dotação foi aplicada no pagamento de salários e remuneração e outras despesas com

pessoal, na aquisição de bens e serviços, construção, maquinaria, equipamento e mobiliário, bem como nos meios de transportes.

A análise comparativa da execução orçamental global do CEDSIF por CED de 2014 em relação a 2013, mostra uma variação positiva de 20,94%. A execução orçamental, podendo ser analisada na tabela 16, por rubricas agregadas foi a seguinte:

Salários e Remunerações

Os recursos para cobertura desta despesa, provêm do Governo na base da dotação actualizada e que foi disponibilizado. As despesas com salários e remunerações de 2014 em comparação com o ano de 2013 tiveram uma variação positiva de **21,97%**. A execução desta rubrica atingiu **294.662.841,22 MT** em 2014 em relação a dotação actualizada anual, que corresponde a **33,45%**. Esta execução corresponde a **42,16%** da execução orçamental global.

Demais Despesas Com Pessoal

A execução desta Rubrica com relação a 2013, teve uma redução de **47,19%**, pois, face à regularização do processo da transferência definitiva do pessoal que era pago apenas o subsídio de compensação salarial pelo CEDSIF, o mesmo passou a pagar integralmente os seus salários na rubrica de salários e remunerações. Em 2014 teve uma execução de **7.200.462,65 MT** equivalente a **0,82%** em relação ao orçamento actualizado anual.

Bens e Serviços

A rubrica de Bens e Serviços para 2014 teve uma execução global de **286.476.168,43 MT**, o correspondente a **32,52%** em relação ao orçamento anual, desagregada em **6.678.920,31 MT (0,76%)** e **279.797.248,12 MT (31,76%)**, respectivamente, sendo o seu peso de **40,99%** da despesa total da instituição. Na rubrica de serviços destaca-se as comunicações que asseguram o funcionamento pleno do e-SISTAFE a nível nacional, consultorias e manutenção de equipamentos.

Construções

Ao longo do ano a rubrica de construções teve execução de **3.400.377,85 MT** do orçamento anual actualizado equivalente **0,49%**. Refira-se que no período em análise não houve obras de elevada magnitude, mais sim obras de benfeitorias no edifício sede do CEDSIF.

Licenças, Maquinaárias, Equipamentos e Mobiliário

A rubrica teve uma execução de **109.556.889,12 MT** em relação ao orçamento actualizado de 2014 que corresponde a **12,44%**.

Meios de Transporte

A rubrica de meios de transporte teve uma execução de **1.034.041,84 MT**, correspondente a **0,15%** do orçamento anual actualizado. Com esse valor foram adquiridos uma viatura e um motociclo para efeitos da dinamização de actividades administrativas da instituição.

Tabela 16: Despesas Por Rubricas Agregadas

CED	Descrição	Despesas de 2013	Despesas de 2014	Variações ((Vn-Vo)/Vo)	Peso das Despesas 2014
111000	SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	241,579,509.37	294,662,841.22	21.97%	42.16%
112000	DEMAIS DESPESAS COM PESSOAL	13,635,618.42	7,200,462.65	-47.19%	1.03%
121000	BENS	6,586,484.17	6,678,920.31	1.40%	0.96%
122000	SERVIÇOS	276,285,775.62	279,797,248.12	1.27%	40.03%
211000	CONSTRUÇÕES	20,804,480.12	3,400,377.85	-83.66%	0.49%
212000	MAQUINARIA, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	19,023,551.74	106,156,511.27	0.00%	15.19%
213000	MEIOS DE TRANSPORTE	-	1,034,041.84		0.15%
	Total	577,915,419.44	698,930,403.26	20.94%	100.00%

Avaliação da Execução Orçamental por Projectos

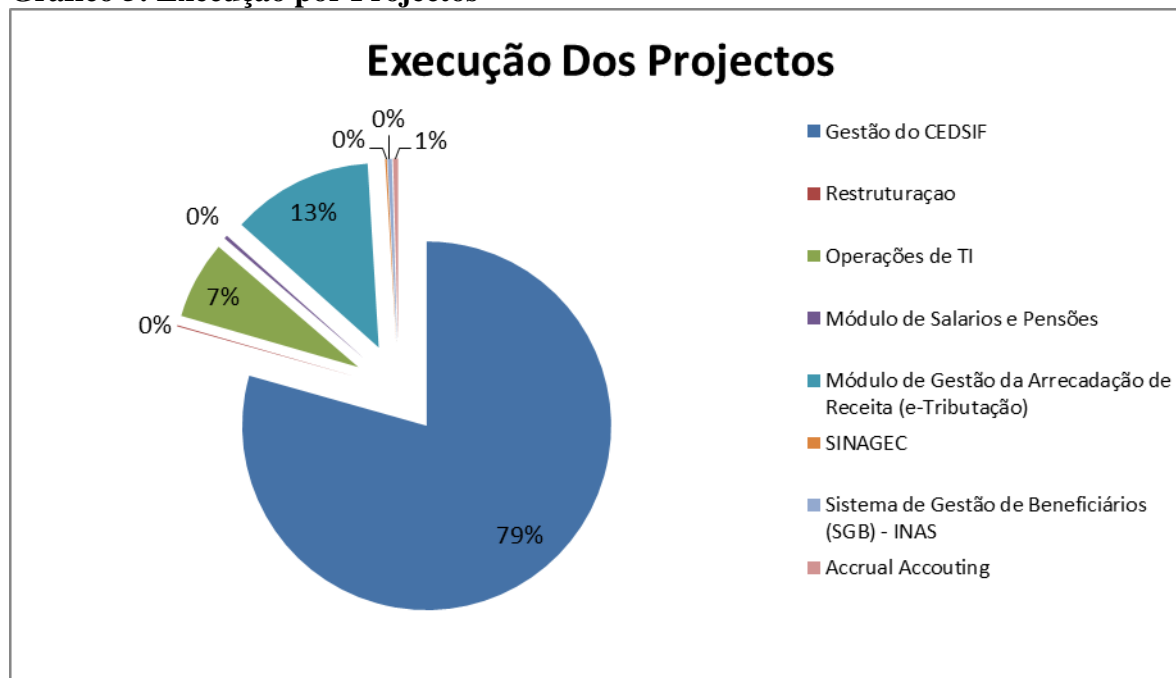
A execução orçamental do CEDSIF é realizada na base dos Projectos. Na execução destaca-se a Gestão do CEDSIF e Módulo de Gestão de arrecadação de Receitas (e-Tributação), pois, absorveram **79,0%** e **13,0%** respectivamente, do valor da despesa global, tal como ilustra o gráfico 5. Os Projecto Gestão de CEDSIF e Módulo de Gestão de arrecadação de Receitas (e-Tributação) tiveram uma execução de **554.835.246,34 MT** e **86.784.156,49 MT**, equivalente **63,0%** e **10,0%**, respectivamente, em relação a dotação actualizada.

O Projecto Gestão do CEDSIF suporta as despesas gerais do funcionamento e de investimento da instituição. Nas despesas de funcionamento destaca-se honorários dos Trabalhadores e Funcionários do CEDSIF, Segurança Social (Pessoal Trabalhador), Consultorias, Água, Energia, Comunicação (telefones móveis e fixos PBX), Manutenção de Imóveis, Transporte de Equipamento, Assistência Médica, Recolha de lixo, Combustíveis, Rendas, Segurança do Edifício Sede e 10º andar da DNCP, Anúncios, Limpeza da Instituição, Fornecimento de Bens de Consumo.

Nas despesas de investimentos destaca-se aquisição de Equipamentos, Licenças, Meios de Transporte e Obras de Construção.

O Módulo de Gestão de Arrecadação de Receitas destina-se a suportar despesas de implantação do e-Tributação, nestas, destacam-se despesas de consultorias e licenças.

Gráfico 5: Execução por Projectos



Do valor desembolsado pelos Parceiros do Fundo Comum do SISTAFE (FCUTRAFE), após a execução, o CEDSIF transita para 2015 com recurso não utilizados no valor de **142.417.825,19 MT**, constituído por **71.925.962,04 MT**, **USD 2.229.297,72**, **EUROS 1.310,42** e **ZAR 6.644,99**, convertidos ao câmbio do último dia 31/12/14.

8. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

A avaliação de desempenho que o CEDSIF efectua ao ano de 2014 é positivo, considerando que foram alcançados os principais propósitos estabelecidos para o ano, nomeadamente:

- A consolidação da estrutura organizacional do CEDSIF com a criação de novas unidades orgânicas e indicação dos respectivos titulares; nomeação dos delegados provinciais, fortalecimento das capacidades técnicas dos seus colaboradores em matérias relacionadas a Gestão das Finanças Públicas como resultados de novas admissões e capacitações realizadas;
- A melhoria do desempenho do e-SISTAFE como resultado da renovação da infra-estrutura tecnológica e da migração tecnológica de aplicações, conferindo-lhe (i) maior e melhor capacidade de processamento simultâneo da informação gerada e constante no Sistema; (ii) maior estabilidade, qualidade e segurança das funcionalidades dos sistemas; (iii) melhor procedimento de arquivos de dados no Sistema;
- A Expansão do e-SISTAFE para mais 453 UGBs contra as 183 planificadas visando garantir que todos os Órgãos e Instituições do Estado executem a despesa pública por via directa, cumprindo-se desta maneira os procedimentos definidos na Lei do SISTAFE;
- O desenvolvimento de módulos, funcionalidades e aplicações informáticas, com vista a consolidação e aprimoramento do SISTAFE.

Assim, em face do acima exposto, pode-se afirmar que os serviços providenciados através do e-SISTAFE e suas actividades afins estiveram plenamente funcionais durante o ano de 2014, ao permitir:

- o pagamento atempado dos salários em todas as províncias;
- a descentralização da execução da despesa para a maioria dos distritos,
- a disponibilização dos relatórios para a conta de gerência através do sistema, bem como relatórios de gestão para auditorias,
- a melhoria na capacidade de largura de banda média para os distritos e capitais provinciais, o que permitiu maior disponibilidade e velocidade do sistema;
- maior aproximação do CEDSIF aos utilizadores através da operacionalização das delegações situadas em 8 províncias.

9. PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA 2015

9.1 PERSPECTIVAS PARA 2015

Constituem principais perspectivas para 2015 a realização de acções que contribuam para o alcance dos 4 objectivos estratégicos, nomeadamente, (i) *Garantir o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF*, (ii) *Consolidar a Reforma do SISTAFE*, (iii) *Dar Continuidade a Implementação do SISTAFE*, e (iv) *Apoiar às Instituições do Estado na Implementação de Sistemas complementares ao e-SISTAFE*, com destaque para as seguintes:

- Criação das unidades orgânicas em falta no CEDSIF e a modernização da componente de Apoio ao Utilizador e da Coordenação de Reformas;
- Implementação das Carreiras Profissionais, Qualificadores Profissionais, Sistema Remuneratório, e Quadro de Pessoal do CEDSIF;
- Capacitação dos Técnicos do CEDSIF em matéria de gestão e liderança, técnicas relativas a negócio, gestão de mudanças, tecnologias de informação, segurança e qualidade;
- Formação e reciclagem dos utilizadores do e-SISTAFE;
- Continuação da expansão do e- SISTAFE para mais 70 órgãos e instituições do Estado de nível central, provincial e distrital;
- Realização da prova de vida dos Funcionários e Agentes do Estado no activo e a pensionistas;
- Criação do Fórum dos Utilizadores do e-SISTAFE;
- Realização da primeira Reunião Nacional do SISTAFE;
- Implantação das melhorias no e-SISTAFE, com destaque para o Novo Roteiro para o processamento e pagamento de salário a partir de Março de 2015;
- Titulação das contas bancárias, automatização do encerramento do exercício económico e conciliação da CUT;
- Elaboração e implementação do plano de Gestão de Mudanças no âmbito das reformas da Gestão das Finanças Públicas;
- Operacionalização das Funcionalidades referentes ao Módulo do Património do Estado, nomeadamente, expansão do uso do Catálogo de Bens e Serviços pelas unidades, uso do Cadastro Único de Fornecedores para o pagamento Via Módulo de Execução Orçamental (MEX) e a realização da incorporação de bens no momento da sua aquisição;
- Especificação das funcionalidades do Módulo de Gestão de Informação (MGI) de apoio ao Subsistema de Controlo Interno na extração da informação;

- Revisão e actualização do Modelo Conceptual e a elaboração do Modelo de Negócio do Subsistema de Planificação e Orçamentação;
- Concepção da aplicação informática para previsão de custos de construção civil denominado Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção (SINAGEC);
- Concepção da aplicação informática para a Gestão de Beneficiários do INAS e definição dos respectivos requisitos de segurança para implementação da aplicação e elaboração da análise de risco; e
- Participação nos processos de revisão legal para a acomodação dos processos impostos pela reforma da Administração Financeira do Estado.

9.2 DESAFIOS

Embora o balanço da implementação do PAO 2014 seja positivo, afigura-se ser importante garantir-se a continuidade da implementação das reformas em curso no Sistema de Administração Financeira do Estado face aos seguintes desafios:

- Continuação da melhoria da qualidade de uso do e-SISTAFE, apostando-se na capacitação de recursos humanos nos conceitos básicos do e-SISTAFE e nos processos de finanças públicas em geral;
- Consolidação dos resultados já alcançados pelo e-SISTAFE e a conclusão da implantação dos demais subsistemas considerados críticos na cadeia de valor das Finanças Públicas, principalmente, o subsistema de Planificação e Orçamentação que permitirá melhor alinhamento entre as actividades planificadas e o orçamento para a sua realização, bem como melhorias na monitoria da execução do Plano Económico Social (PES) e do Orçamento que lhe dá suporte, o subsistema da Gestão do Património do Estado, o subsistema do Controlo Interno e o desenvolvimento da aplicação do e-Tributação para a informatização completa do processo de cobrança e gestão dos impostos e do contribuinte; e
- Implementação da gestão de mudança considerando que o processo de reforma da gestão das finanças públicas traz mudanças onde as pessoas são e certamente continuarão a ser um factor fundamental.

10. ANEXOS

ANEXO 1: Matriz de Controlo de Implementação do Plano de Acção e Orçamento para 2014;

ANEXO 2: Balanço da Execução das Aquisições de Bens e Prestação de Serviços de Janeiro a Dezembro de 2014: Relação dos Contratos Celebrados Nesse Período;

ANEXO 3: UGBs Descentralizadas em 2014;

ANEXO 4: Ponto de Situação da Expansão do e-Folha;

ANEXO 5: Ponto de Situação das Funcionalidades Nucleares do e-SISTAFE;

ANEXO 6: Ponto de Situação das Funcionalidades Nucleares do Encerramento 2013 e Abertura 2014.

ANEXO 7: Capacitação dos Técnicos do CEDSIF;

ANEXO 8: Recomendações da Auditoria Externa do Exercício de 2013;